



119ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRANCA – 224 DE AGOSTO DE 2017.

3 Aos vinte quatro dias do mês de agosto de dois mil e dezessete, às oito horas e dez minutos, na sede da Secretaria de
 4 Ação Social - SEDAS, sito à Avenida Champagnat, 1750, Centro, foi realizada a décima nona Reunião Ordinária do
 5 Conselho Municipal de Assistência Social, sob a presidência da presidente e representante titular da Sociedade Civil,
 6 representando as Entidades e Organizações de Assistência Social, Senhora Ernestina Maria de Assunção Cintra.
 7 Estiveram presentes na reunião vinte e dois (22) conselheiros, sendo oito (08) do poder público e quatorze (14) da
 8 sociedade civil, com os seguintes **Conselheiros titulares:** Clóves Plácido Barbosa, Ernestina Maria de Assunção Cintra
 9 (Tina), José Carlos Gomes, Fernanda Rodrigues Carrijo, Camila Rodrigues Alves Junqueira, Alessandra Aparecida da
 10 Silva, Maria Aparecida Moraes Oliveira (Cidinha), Lucineia Silva Sartori Coelho, Iara Flávia Afonso Guimarães, Sônia
 11 Regina Barbosa Quirino, Rejiane Garcia. **Conselheiros na titularidade:** Dorvalina da Silva, Márcio José da Silva,
 12 Grace Kelly Souza Gabriel, Sandra Mara Fernandes Carvalho. **Conselheiros Suplentes:** Geraldine Garcia Fuga
 13 Menezes, Daniela Leal Ramos, Silvana Rodrigues Neves, Óiter Cassiano Marques, Érica Cristina de Paula Faria, Irene
 14 Da Conceição Silva e Valéria da Silva Barbosa Gimenes. Participaram da reunião dezoito (18) convidados, conforme
 15 assinaturas na lista de presença. **Com a seguinte pauta: Assuntos: 4.1 – Apresentação e Deliberação sobre**
 16 **Demonstrativo Físico Federal – 2016; 4.2 - Deliberação sobre Despacho do Chefe de Gabinete – Processo**
 17 **2017034825 – Sobre Lei de Regime de Diárias e Adiantamentos; 4.3 – Devolutiva sobre reunião Comissão de**
 18 **Instância de Controle Social do Programa Bolsa Família – ICS – PBF – e proposta de utilização do recurso IGD**
 19 **– PBF e ofícios a serem encaminhados; 4.4 – Comunicado Centro Espirita Sebastiana Barbosa Ferreira –**
 20 **definição sobre encaminhamentos do CMAS; 4.5 – Discussão sobre a proposta Orçamentária 2018 e devolutiva**
 21 **sobre participação de conselheiros na audiência pública do dia 10 de agosto; Informes: 5.1 – Audiência Pública**
 22 **PPA- LDO (24/08 – 19h); 5.2 – Ofício nº 061/2017 – COMUPI - Cópia da Ata da Reunião Ampliada do**
 23 **COMUPI; 5.3 – VII – Fórum Sociojurídico – Educação e Inclusão: Cenários e Perspectivas – 29 e 30 de agosto**
 24 **2017 – UNESP FRANCA; 5.4 – Revista Legião da Boa Vontade – LBV; 5.5 – Recebimento de requerimento de**
 25 **inscrição da Casa de Apoio Dom Pedro Luiz.** A Presidente Tina, iniciou a reunião cumprimentando os presentes,
 26 salientando sobre a obtenção do quórum e pontuando a importância e necessidade de documentar as reuniões,
 27 destacando que as mesmas são gravadas, facilitando a elaboração das atas, bem como garantindo assim maior
 28 fidedignidade no que é relatado nestas. Informou os participantes, sobre a Reunião Extraordinária que aconteceria logo
 29 após a Reunião Ordinária. Em sequência a Secretária Executiva Maria Amélia justificou a ausência das conselheiras:
 30 Mônica, Jussara, e Geisla. A pauta foi apresentada e aprovada pelo conselho. Maria Amélia apresentou seu novo
 31 estagiário Geovane e iniciou a verificação de quórum de leitura das atas, informando a relevância das leituras das atas e
 32 devolutivas prévias a respeito. Atingindo o quórum necessário de leitura das mesmas, as devidas considerações e
 33 complementações sugeridas pelos conselheiros foram aplicadas e as atas 16ª, 17ª e 18ª, foram aprovadas. Pautou-se
 34 então o primeiro assunto, item **4.1 – Apresentação e Deliberação sobre Demonstrativo Físico Federal – 2016.** Maria
 35 Amélia informou que foi encaminhado para o e-mail dos conselheiros, as orientações sobre o processo de prestação de

36contas dos recursos federais repassados ao município. Foi informado aos conselheiros que a partir da apresentação do
37Demonstrativo Físico Financeiro pela Secretaria de Ação Social, o colegiado tem a responsabilidade de averiguar as
38informações e apresentar o seu parecer. Como encaminhamento, a comissão de orçamento deverá se reunir para
39analisar, responder os três questionários relacionados aos SERVIÇOS, IGD- SUAS e IGD-BOLSA FAMÍLIA e elaborar
40proposta de parecer sobre o Demonstrativo. Após, esses questionários e o parecer deverão ser aprovados em reunião do
41colegiado, devendo ser cumprido o prazo definido pelo MDS para o preenchimento no sistema SUAS WEB, que é até o
42dia 31 de outubro. Dando seguimento, a servidora Sandra, deu início a apresentação do demonstrativo, com
43informações sobre as metas e recursos de cofinanciamento federal dos serviços de Proteção Social Básica e Especial;
44ACESSUAS; Ações Estratégicas do PETI; Gestão do IGDPBF e IGDSUAS e por fim os saldos a serem reprogramados.
45A Secretaria de Ação Social apresentou como proposta para a reprogramação de saldos a aplicação dos recursos nos
46serviços existentes dentro de cada nível de proteção e de acordo com o plano de ação, tendo em vista a irregularidade
47nos repasses de recursos do Governo Federal. Sandra justificou que o demonstrativo apresenta um saldo alto de
48reprogramação, uma vez que houve um repasse do Fundo Nacional de Assistência Social- FNAS no mês de dezembro
49de 2016 no valor de R\$ 1.270.590,62 (um milhão, duzentos e setenta mil, quinhentos e noventa reais e sessenta e dois
50centavos) inviabilizando o gasto destes recursos dentro daquele exercício. Dentre os principais questionamentos e
51esclarecimentos realizados, a relevância foi ao item de reprogramação de saldo, onde foi sugerido pelo colegiado a
52utilização do recurso de IGDPBF, no valor de R\$ 135.066,10 (cento e trinta e cinco mil, sessenta e seis reais e dez
53centavos) para contratação imediata de mais 10 estagiários para o Serviço de Cadastro Único – UNICAD, ampliando o
54quadro atualmente existente. Essa sugestão partiu da Comissão de Instância de Controle Social do Programa Família,
55que verificou a necessidade de uma atenção específica em razão da alta demanda e ainda devido as limitações na
56capacidade operacional vigente daquela unidade. Tina pontuou que essa questão foi assunto de discussão e uma das
57deliberações da conferência municipal. A usuária e Representante da Sociedade Civil, Grace Kelly, relatou que tem
58ocorrido uma demora nos processos de atendimento para atualização ou inserção no Cadastro Único. A proposta em
59questão foi votada e diante do exposto, aprovada em consenso pelos conselheiros. Os slides apresentados ficarão
60anexos a esta ata. Seguiu-se então ao item **4.2 - Deliberação sobre Despacho do Chefe de Gabinete – Processo**
61**12017034825 – Sobre Lei de Regime de Diárias e Adiantamentos**. Maria Amélia apresentou os documentos
62constantes do referido processo, que foi aberto pelo conselho, solicitando a revisão da Lei de Regime de Diárias e
63Adiantamentos, no sentido de garantir a participação de conselheiros e dos delegados eleitos na X Conferência
64Municipal de Assistência Social. Expôs o despacho da Procuradoria Jurídica e Gabinete do Prefeito, o qual profere que
65a Lei municipal garante a participação de conselheiros ou representantes da comunidade por meio da utilização do
66regime de adiantamento, o qual ficará sob a responsabilidade de servidor requisitante. Foram ponderadas as
67complicações ocasionadas em decorrência dos trâmites vigentes, especificamente sobre a falta de respaldo jurídico do
68município, bem como a problemática da falta de autonomia dos conselheiros não servidores e delegados eleitos em
69conferências, que mesmo representando o município em eventos importantes, precisam se sujeitar a essa tutelação, para
70que tenham garantidos os custeios de suas despesas. A Conselheira Iara sugeriu marcar uma reunião com a comissão de

71legislação para discutir os encaminhamentos necessários e a resposta concreta e com fundamentação legal, ficando
72assim deliberado pelo colegiado. **4.3 – Devolutiva sobre reunião Comissão de Instância de Controle Social do**
73**Programa Bolsa Família – ICS – PBF – e proposta de utilização do recurso IGD – PBF e ofícios a serem**
74**encaminhados;** Por sequência, Tina informou que o CMAS assumiu as ações de Controle Social do Programa Bolsa
75Família – PBF, que tem como finalidade acompanhar as questões inerentes ao programa no município e repassar ao
76conselho. Maria Amélia apresentou um relatório com os dados do município referente a gestão de condicionalidades da
77área da educação, saúde, assistência social, e do Cadastro Único, repassando o que fora discutido na reunião da
78comissão de controle social. A conselheira Grace Kelly, relatou sobre o processo de pesagem de crianças que muitas
79vezes dificulta e inviabiliza o acesso das famílias por causa do horário restrito, porém elogiou o trabalho e o
80atendimento do CRAS, bem como sobre a importância do programa bolsa família na sua vida. Tina pontuou a
81relevância da representação direta do usuário que vivencia o atendimento e tem condições de trazer as demandas para o
82colegiado. Nesse momento discutiu-se então a importância dos usuários usufruírem dos mecanismos institucionais de
83representação (ouvidoria) para que os responsáveis legais sejam notificados sobre as problemáticas e as providências
84cabíveis. Em seguida os conselheiros deliberaram pelo encaminhamento de ofícios às secretarias envolvidas repassando
85os índices, assim como, as considerações, requisições e congratulações necessárias. Em seguida, Maria Amélia
86informou que a Comissão tem duas propostas, sendo a primeira já deliberada pelo colegiado anteriormente, que é a
87utilização do recurso de reprogramação do IGDPBF na contratação dos estagiários para o Cadunico. A segunda
88proposta para a melhoria da Gestão do Cadastro Único e Programa Bolsa Família, foi a utilização do recurso de 3%
89destinado ao conselho, referente ao valor do IGD PBF, para que seja utilizado em pagamento de diárias e adiantamentos
90para a participação dos conselheiros da ICS-PBF e também dos servidores responsáveis pela gestão de
91condicionalidades da saúde, educação e assistência social, em capacitação por imersão que é realizada periodicamente
92pelo Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social - SEADS, no município de São Paulo. As duas
93propostas da comissão foram aprovadas e serão encaminhadas ao Gestor da Assistência Social. Prosseguiu-se desta
94forma, ao item **4.4 – Comunicado Centro Espírita Sebastiana Barbosa Ferreira – definição sobre**
95**encaminhamentos do CMAS;** Maria Amélia noticiou o comunicado de 08 de agosto do Centro Espírita Sebastiana
96Barbosa Ferreira, no qual anuncia o cessamento das suas atividades na data de 31 de agosto. Lembrou que a entidade é
97inscrita no conselho como executora do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e
98adolescentes e no caso do encerramento de serviço por mais de seis meses, a inscrição no CMAS também deve ser
99cancelada. Tina levantou algumas questões no que tange à responsabilidade do conselho de discutir com a entidade
100sobre estratégias e alternativas para a continuidade da execução. Neste momento a Conselheira Cidinha informou que a
101entidade executa ainda outras ações, e que não participou do chamamento público em 2015 para execução do SCFV,
102por isso não recebe cofinanciamento. Na mesma fala informou ainda que o prefeito aprovou uma lei de subvenção,
103repassando um recurso de R\$180.000,00 (cento e oitenta mil reais) de apoio a entidade para a realização das atividades
104propostas até dezembro para a continuação do projeto. Disse que o processo está na Secretaria para análise, porém a
105entidade deve refazer o projeto, uma vez que o mesmo não está condizente ao previsto nessa Lei que é para execução

106de oficinas e a entidade apresentou proposta de execução do serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

107Geraldine disse que obteve informações de que consta uma justificativa de ausência de chamamento público para SCFV

108e sugeriu que o conselho se posicione perante esta situação pois as outras entidades tiveram que se adequar ao

109chamamento. Cloves e outros conselheiros manifestaram indignação com relação a essa postura da Prefeitura. A

110Conselheira Daniela, disse que essa questão da Casinha do Pão também foi discutida no Conselho da Criança e lembrou

111aos conselheiros que a entidade em questão executa um trabalho importantíssimo naquele território e a mesma não está

112compreendendo a transformação da política de assistência, e desta forma é papel do Conselho, dar respaldo a instituição

113e informar dos parâmetros necessários que a entidade precisa ter para a continuidade do projeto. Por sugestão da Iara e

114da Tina, ficou convencionado que os integrantes da comissão de inscrição e acompanhamento se reúnam, discutam

115sobre o que foi apresentado e tragam propostas de encaminhamento na próxima reunião. Deste modo portanto, passou-

116se ao último assunto: **4.5 – Discussão sobre a proposta Orçamentária 2018 e devolutiva sobre a participação de**

117**conselheiros na audiência pública do dia 10 de agosto;** Tina informou que esteve na Câmara Municipal junto dos

118companheiros Cloves, Lidiane e Óiter, e que protocolou as demandas prioritárias da política de assistência social.

119Informou também que ficou assustada com o que foi apresentado a respeito da Assistência Social. Na mesma fala ainda,

120pediu apoio dos conselheiros para participarem da próxima audiência que ocorrerá no mesmo dia (24/08) na Câmara

121Municipal, as 19 horas, e quem se comprometer a ir que possa fortalecer a sua fala e reforçar que o conselho não

122participou da discussão do PPA e a LDO, relativos à Assistência Social. Salientou ainda que, de acordo com a

123legislação, o conselho deve discutir e aprovar as peças orçamentárias e desta forma é importante formalizar que isso

124ainda não ocorreu. Assim ficou decidido pelo encaminhamento de ofício à Comissão de Finanças e orçamento da

125Câmara Municipal esclarecendo que as referidas propostas já foram encaminhados para o legislativo, sem a devida

126discussão e aprovação prévia deste CMAS. Dado ao adiantado das horas passou-se brevemente aos informes que por

127sua vez foi encaminhado individualmente aos conselheiros. Item **5.1 – Audiência Pública PPA- LDO 24 de agosto –**

128**19h ;** Tratou-se do convite para a audiência, que fora discutido no último item do assunto desta pauta. **5.2 – Ofício nº**

129**061/2017 – COMUPI - Cópia da Ata da Reunião Ampliada do COMUPI;** Foi encaminhado individualmente. **5.3 –**

130**VII – Fórum Sociojurídico – Educação e Inclusão: Cenários e Perspectivas – 29 e 30** Tratou-se do convite ao

131evento e da importância de participação nestes espaços. **de agosto 2017 – UNESP FRANCA; 5.4 – Revista Legião da**

132**Boa Vontade – LBV;** Foi informado aos conselheiros que a revista ficará arquivada no conselho, quem quiser acesso

133basta solicitar a Maria Amélia. **5.5 – Recebimento de requerimento de inscrição da Casa de Apoio Dom Pedro**

134**Luiz.** Chegou o requerimento e agora será encaminhado para a comissão responsável. Por fim, discutida e consentida as

135questões da pauta da 19ª reunião e não havendo mais nenhum assunto, Tina encerrou agradecendo a presença de todos

136os participantes e solicitou aos conselheiros que permaneçam para a Reunião Extraordinária, em sequência. A reunião

137foi encerrada às dez horas e trinta minutos, e eu, Maria Amélia Facioli Vergara, secretária-executiva do CMAS, lavrei a

138presente ata, que uma vez lida e aprovada, será anexada a lista de presença dos conselheiros participantes.